

O Novo Agregador da Advocacia • ACTUAL • Pedro Rebelo de Sousa diz que crise desaconselha eliminação de prémios variáveis dos

Pedro Rebelo de Sousa diz que crise desaconselha eliminação de prémios variáveis dos gestores públicos

📄 📧 📧

25-Jan-2011



O presidente do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), Pedro Rebelo de Sousa, defendeu hoje que as empresas públicas devem promover o mérito dos gestores e que a situação de crise não aconselha a eliminação dos prémios variáveis.

“Acho que o Estado tem uma dupla responsabilidade, deve dar o exemplo e remunerar os gestores por desempenho”, disse o responsável em Lisboa.

Rebelo de Sousa, que falava à agência Lusa à margem da conferência Boas Práticas Remuneratórias dos Órgãos Societários, considerou ser um erro o Estado acabar com a remuneração variável dos gestores públicos, especialmente num período de crise.

“É na crise que a parte variável da remuneração dos gestores permite introduzir a componente do mérito, essencial à distinção entre os que têm boas práticas de governance e atingem os objetivos, e os que não cumprem”, defendeu.

O advogado Paulo Câmara, outro dos oradores da conferência, considerou que no caso da remuneração ter associada uma variável garantida não há distinção sequer na atribuição de bónus aos gestores, pelo que o desempenho positivo ou negativo não pode ser aferido.

Pedro Rebelo de Sousa diz que crise desaconselha eliminação de prémios variáveis dos gestores públicos

<http://www.advocatus.pt/content/view/3697/11/>

25-Jan-2011

O presidente do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), Pedro Rebelo de Sousa, defendeu hoje que as empresas públicas devem promover o mérito dos gestores e que a situação de crise não aconselha a eliminação dos prémios variáveis.

“Acho que o Estado tem uma dupla responsabilidade, deve dar o exemplo e remunerar os gestores por desempenho”, disse o responsável em Lisboa.

Rebelo de Sousa, que falava à agência Lusa à margem da conferência Boas Práticas Remuneratórias dos Órgãos Societários, considerou ser um erro o Estado acabar com a remuneração variável dos gestores públicos, especialmente num período de crise.

“É na crise que a parte variável da remuneração dos gestores permite introduzir a componente do mérito, essencial à distinção entre os que têm boas práticas de governance e atingem os objetivos, e os que não cumprem”, defendeu.

O advogado Paulo Câmara, outro dos oradores da conferência, considerou que no caso da remuneração ter associada uma variável garantida não há distinção sequer na atribuição de bónus aos gestores, pelo que o desempenho positivo ou negativo não pode ser aferido.

“A não distinção neste caso não permite que se possa reconhecer o mérito ao nível dos gestores públicos”, afirmou.

O advogado disse ainda que num contexto económico “deprimido” se aconselha, no entanto, a redução dos prémios.

“O património público é de todos e, neste caso, há uma miopia política e um erro estratégico na gestão dos bens públicos, uma vez que há que promover o mérito sem pôr em causa a remuneração variável dos gestores”, disse.

A conferência Boas Práticas Remuneratórias dos Órgãos Societários é organizada pelo IPCG e pelo Fórum de Administradores de Empresas.

JS/CSJ